



ACÓRDÃO Nº 834/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11838/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Advogado:** Não Possui.
- 4- **Órgão:** Policlínica – PAM/Codajás.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsável:** Sr. Fábio Manabu Martins Shimizu – Diretor Geral e Ordenador de Despesas.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3472/2017-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls.1313/1320).
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Policlínica – PAM/Codajás. Exercício de 2015.

*Regularidade com Ressalvas. Quitação.
Recomendação. Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Fábio Manabu Martins Shimizu**, Diretor Geral da Policlínica PAM – Codajás, **exercício de 2015**, nos termos dos arts. 1º, II; 22, II, e 24 da Lei nº 2.423/1996 c/c arts. 188, §1º, II, e 189, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, pelos motivos expostos no Relatório/Voto;

10.2. Dar quitação ao **Sr. Fábio Manabu Martins Shimizu**, nos termos dos arts. 24 e 72, II, da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 189, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

10.3. Recomendar à Policlínica – PAM/Codajás que:

10.3.1. Elabore e apresente à SUSAM proposta de reformulação do Quadro de Pessoal da Policlínica PAM – Codajás, com inclusão de profissional de contabilidade através de concurso público, em



ACÓRDÃO Nº 834/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

consonância com o art. 37, II, da CRFB/88;

10.3.2. Adote providências junto à SUSAM para que conste no Inventário dos Bens Patrimoniais das próximas prestações de contas da Unidade de Saúde, todas as informações necessárias, tais como: data de aquisição, número de nota fiscal, valores unitário e total dos bens inventariados, de modo a haver cumprimento integral dos arts. 94, 95, 96 e 106, inc. II, da Lei nº 4.320/64, bem como um controle patrimonial mais eficiente;

10.3.3. Adote as devidas providências para que, antes de chegar a termo um contrato de prestação de serviços de trato continuado, já exista a formalização de um processo licitatório ou procedimentos prévios à contratação direta, de modo a garantir a continuidade do serviço público, todavia, sem gerar um ônus excessivo à Administração Pública;

10.3.4. Providencie ações que acompanhem com maior rigor as aquisições de bens e contratações de serviços, de acordo com os arts. 58 a 70 da Lei nº 4320/64.

10.4. Determinar a SEPLENO – Secretaria do Tribunal Pleno que cientifique o interessado sobre o teor deste Acórdão, nos termos do art. 162, §1º, do Regimento Interno do TCE/AM.

11- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Agosto de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Erico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral